

## “ÉPOCA RICA DE GENTE POBRE”: a monocultura algodoeira e as faces do desenvolvimento na comunidade norte mineira do touro

**Maria Cecília Cordeiro Pires**

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

**Andréa Maria Narciso Rocha de Paula**

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

### RESUMO

Neste texto realizamos um debate acerca das faces do desenvolvimento, através de um estudo etnográfico, objetivando demonstrar como ocorreu sua materialização na Comunidade do Touro, localizada no município de Serranópolis de Minas, Minas Gerais, que conviveu com os estímulos à monocultura algodoeira enquanto um eixo de desenvolvimento e modernização. Propomos uma reflexão embasada nos resultados de pesquisas das autoras, fruto da inserção no OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco. Realizamos pesquisa qualitativa, com estudo bibliográfico e trabalho de campo, elaborando entrevistas em profundidade, observação do cotidiano, privilegiando a vivência e percepções dos moradores. Ao analisar os impactos da monocultura, revelamos as resistências estabelecidas, que ocorrem tanto nas saídas através das migrações, como por aqueles que ficam na Comunidade.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Monocultura Algodoeira. Resistências.

## “RICH EPOCH OF POOR PEOPLE”: COTTON MONOCULTURE AND THE FACES OF DEVELOPMENT IN THE COMMUNITY OF TOURO, NORTH OF MINAS GERAIS

### ABSTRACT

In this text we hold a debate about the faces of development, through a ethnographic study, aiming to demonstrate how its materialization occurred in the Comunidade do Touro, located in the municipality of Serranópolis de Minas, Minas Gerais, which lived with the incentives to cotton monoculture as an axis of development and modernization. We propose a reflection based on the results of the authors' research, the result of the insertion in the OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco. We conducted research based on qualitative methodology, with bibliographic study and field research, preparing in-depth interviews, observation of daily life, privileging the experience and perceptions of residents. By analyzing the impacts of monoculture, we reveal the resistances established in the place, which occur both in the movement of leaving, as well as of staying.

**Keywords:** Development. Cotton Monoculture. Resistances.

Recebido em: 23/09/2022

Aceito em: 09/11/2022

## INTRODUÇÃO

No atual cenário acadêmico, político e social é necessário propulsionar discussões sobre desenvolvimento a partir de uma perspectiva crítica, para que haja um processo de refutação e revelação das adversidades por trás do discurso consolidado, que busca sustentar que as condicionantes econômicas asseguram uma qualidade de vida a todos. É fácil notar como o termo vem sendo adotado pelos mais variados grupos para sustentação dos seus discursos, muitas vezes relacionado às expectativas de melhoria das condições de vida, sendo atribuído de uma conotação positiva, sobre uma mudança favorável, do “passo simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor”. Indicando que “estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável” (ESTEVA, 2000, p. 64).

A partir da aproximação das questões que abarcam o conceito de desenvolvimento e acreditando, assim como Wolfgang Sachs (2000, p. 15), que este tornou-se “sem forma, mas inextricável”, com contornos enviesados que não delimita nenhum conteúdo, nasce uma preocupação em investigar de que modo e em que medida passou a ser considerado, em diferentes contextos, para além de um crescimento e investimento de teor econômico, um campo de disputas simbólicas, que abarca identidades, territórios, territorialidades, recursos comuns, entre outras categorias e aspectos.

No contexto de grandes empreendimentos, predomina um discurso favorável ao desenvolvimento, apresentado como aspecto positivo à possibilidade de inclusão social, através da geração de emprego e movimentação da economia local. Entretanto, movimentos sociais questionam essa afirmativa, uma vez que pode se verificar o aumento cada vez maior da desigualdade, degradação ambiental e ameaça para grupos locais, que em contrapartida a esse movimento, organizam estratégias de resistência frente ao modelo desenvolvimentista (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Nesse sentido, identifica-se a necessidade de avaliações ambientais e sociais dos grandes projetos do modelo econômico hegemônico e pensar em que medida esse desenvolvimento beneficia ou não as populações locais. Para tanto, é importante refletir sobre a lógica do processo de desenvolvimento e suas designações, em um contexto que o que se observa são projetos políticos de viés economicista que se constituem de forma dominante e são voltados para a produção e dominação do capitalismo, fundamentados em relações verticais de poder, desconsiderando a diversidade de modos de vida e as formas de gestão da natureza realizada pelas comunidades.

Considerando que o que há nesse modelo de desenvolvimento é um processo de busca e aceleração do crescimento econômico, da produção e do consumo, utilizamos a categoria “desenvolvimento”, com base nos estudos de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004), como crítica ao entendimento e aplicação do conceito como sendo uma síntese da ideia de dominação da natureza. Esta categoria, conforme o autor, expressa a perda do envolvimento e da autonomia dos povos sobre seu espaço, além de modificar as relações das pessoas entre si e com a natureza. Por esse ângulo, notamos que com a adoção de modelos e políticas públicas de desenvolvimento de cima para baixo, o que acontece é um processo de tirar o envolvimento das pessoas do lugar, a partir da incorporação de práticas de uma outra forma de ver o mundo, de dominação da natureza. Conforme provoca o autor, o sentido dominante é o de que “ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24).

Desta maneira, procuramos entender qual o impacto local das políticas públicas que se nutrem de um discurso de “des-envolvimento”? E como compreender os modos de vida e processos de resistência frente a estes impactos? Delimitamos nosso campo de investigação empírica, compreendendo o Norte de Minas Gerais, enquanto um recorte macro, e a Comunidade do Touro, no município de Serranópolis de Minas, o recorte micro. Através dessa constatação consideramos que, para compreendermos as faces do desenvolvimento nesta Comunidade, localizada na região da Serra Geral<sup>1</sup>, é preciso desmistificar o desenvolvimento, executando uma abordagem profunda das complexidades de tal processo. Para tanto, propomos uma reflexão embasada nos resultados da pesquisa de mestrado de Maria Cecília Pires (2019) e da participação das autoras no OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco<sup>2</sup>, que tem dentre seus objetivos, o anseio em dar visibilidade para estratégias e modos de vida dos povos rurais do norte de Minas Gerais, dando continuidade aos projetos que vêm sendo desenvolvidos desde 2011, contando com uma equipe interdisciplinar de pesquisadores. Nosso objetivo neste artigo, é proporcionar um debate acerca das faces do desenvolvimento e juntamente

---

<sup>1</sup> Serra Geral é o nome local que os moradores referenciam a Serra do Espinhaço. Os municípios situados na encosta ou sopé da Serra possuem vegetação típica de caatinga, com baixas taxas pluviométricas, configurando “um padrão de agricultura assentado em grande contingente de agricultores familiares proprietários de pouca terra” (BARBOSA; ZIMMERMANN; TECCHIO, 2013, p. 177).

<sup>2</sup> OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco, CEPEX 96/2011. Reconhecido na Unimontes e no CNPq.

demonstrar como ocorreu sua materialização na Comunidade do Touro, que conviveu com os estímulos à monocultura algodoeira enquanto um eixo de des-envolvimento e modernização.

A partir de uma análise interdisciplinar, realizamos uma pesquisa predominantemente qualitativa. Esta opção foi estimulada pelo intuito de compreender a densidade e complexidade do processo junto aos sujeitos, onde as informações foram conduzidas através da memória, do conhecimento oral e da narrativa. Além do estudo bibliográfico, realizamos trabalhos de campo, considerando sua importância como mais do que um ato puramente científico e sim como vivência que requer ligação de confiabilidade entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa. Levando em conta tais apontamentos, realizamos na Comunidade do Touro três incursões a campo: em outubro de 2017, abril de 2018 e janeiro de 2019; devidamente marcadas com os moradores, respeitando suas disponibilidades. Em 2017 fizemos uma primeira aproximação e apresentação da pesquisa, quando conhecemos nossos principais informantes. Os informantes-chaves contribuíram grandemente, nos indicando novos entrevistados, que na visão deles eram importantes e poderiam nos ajudar a responder nossas dúvidas. Sempre quando íamos em novas casas, estávamos acompanhados de alguém da Comunidade, o que trazia mais confiança aos sujeitos, que na maioria das vezes foram bem expansivos, poucos mais fechados e tímidos. Foram experiências cruciais onde nos resguardamos com algumas técnicas detalhadas agora.

As técnicas de pesquisa incorporadas ao método etnográfico foram fundamentais para manter viva e registrada todas as informações ao longo dos trabalhos de campo. A etnografia nos foi inspiração, pois entendemos, segundo Clifford Geertz (1989, p. 32), que os pesquisadores não estudam as aldeias, mas sim “estudam nas aldeias”, ou seja, é no *estar lá*<sup>3</sup> que o pesquisador formula suas interpretações. Procurando, assim, estarmos presentes na realidade de nossos sujeitos de pesquisa, utilizamos a observação participante e o registro em diário de campo. Para instrumentalizar o campo e como forma de coleta de dados, realizamos entrevistas, que tiveram o objetivo de capturar profundamente aspectos específicos de interesse, pensadas a partir da história de vida dos sujeitos. Ressaltamos que as entrevistas ocorreram de forma dinâmica, respeitando as singularidades de cada entrevistado, realizadas com o consentimento e compreensão de quais seriam os resultados. Verificamos que tais opções nos levaram para um processo dinâmico e não linear, o que nos

---

<sup>3</sup> Para Geertz (1989) o trabalho etnográfico é realizado em dois momentos distintos, o *estar lá*, quando o pesquisador está no campo junto aos “nativos” e desenvolve a coleta de dados e o *estar aqui*, quando volta para a academia, no momento de interpretação e escrita.

proporcionou não uma comprovação de hipóteses, mas a possibilidade de adentrar no Norte de Minas, na Comunidade do Touro e conhecer seus lugares, gentes, movimentos, modos de vida.

Para ficar mais claro ao leitor, apontamos algumas opções feitas na estruturação do texto. Grafamos em itálico as falas dos entrevistados, as expressões que anotamos no diário de campo e as categorias nativas. Além da introdução, o artigo está organizado em mais dois tópicos e quatro subtópicos, onde vamos analisar as faces do desenvolvimento enquanto conceito, discurso e políticas públicas, apresentando os impactos da monocultura de algodão na Comunidade do Touro e as resistências estabelecidas nas saídas das migrações e também por aqueles que ficam no território.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1. O Desenvolvimento conceito, discurso e aplicado nas políticas Norte Mineiras

Como exposto, o conceito de desenvolvimento em um primeiro momento foi fundamentado principalmente nas ideias de progresso e modernização, tido como um fenômeno natural da vida humana. Mas o que vai marcar o início da “era do desenvolvimento” foi a campanha política global dos Estados Unidos ao final da Segunda Guerra Mundial. Em 1949, o presidente Truman discursou sobre o modelo econômico a ser seguido pelos demais países, construindo, assim, um novo processo colonizador representado pela divisão dos binômios: “desenvolvidos” *versus* “subdesenvolvidos”. De acordo com Gustavo Esteva (2000), o uso do termo “subdesenvolvimento” pelo então presidente, se expressa como uma categoria política que descaracterizou toda as diversidades de povos, que foram reduzidos a esta posição. Ou seja, foi estabelecida uma estratégia para mitigar o apelo para que todas as nações seguissem o “modelo ideal” norte-americano, de mudança das sociedades e, assim, consolidar a hegemonia estadunidense.

O “desenvolvimento” era o ponto de chegada para as nações emergentes durante o pós-guerra, sendo democracias ou ditaduras, o tinham como meta que, para ser atingida, todos os esforços e sacrifícios seriam justificáveis (SACHS, 2000, p. 11). A partir de então, as relações entre o “Norte e Sul” passaram a ser guiadas sob essa perspectiva. Nesse sentido, compreendemos que, por muito tempo, o termo desenvolvimento reduziu-se às questões da esfera econômica. Entretanto, houve um processo de ressignificação sustentado pelo aporte básico da crítica ao conceito, partindo da constatação de que desenvolvimento e crescimento econômico não devem ser tratados como

sinônimos, considerando que deve abarcar melhores condições de vida e de oportunidades e relações mais homogêneas, centrado nas pessoas.

Tomado como alvo de discussão e debates, principalmente a partir dos anos 1970, o conceito passou a ser tencionado como uma categoria analítica, passando por um processo de ressignificação a partir da evidência de problemas sociais e ambientais advindos dos modelos de desenvolvimento que propunham. Em anos recentes, com destaque para a década de 1990, o desenvolvimento passa a ser categorizado, o que contribui para uma especialização do conceito, bem como para sua complexidade. Nesse período surgem as noções de desenvolvimento social, cultural, participativo, comunitário, local, político, entre outros. Diante desse regaste de perspectivas de desenvolvimento, traçadas a partir de momentos sócio-históricos, percebe-se que o conceito traz diferentes nuances, elementos e aspectos, de modo que a relatividade e imprecisão conceitual do termo abrem margens para constantes ressignificações.

A partir do exposto, percebemos que tratar sobre o desenvolvimento é complexo, envolve uma multiplicidade de sentidos, abordagens e perspectivas que podem variar em função do contexto. Concordamos com Sachs (2000, p. 12) ao afirmar que “o desenvolvimento é muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões”. Trazendo para o nosso contexto de análise do processo de desenvolvimento através da monocultura de algodão na Comunidade do Touro, destacamos que o campo do desenvolvimento conservador levou a uma movimentação social de contrários. Nasce uma insatisfação social sustentada por bases contrárias: o discurso das elites, investidores e subsídios governamentais; e do outro lado, grupos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos e associações pastorais que sustentam o discurso contrário a estes tipos de projeto, dando ênfase ao fato dos danos e impactos gerados serem grandes e diversos.

Acreditamos numa ressignificação possível: pensar que o desenvolvimento lida com um universo plural, que abarca os diferentes modos de viver. Portanto, este trabalho adota uma perspectiva crítica ao modelo de desenvolvimento cunhado pela monocultura algodoeira. Fazendo uma aproximação e dirigindo a discussão para o contexto Norte Mineiro, não podemos descolar da interferência sofrida por esta visão de mundo hegemônica, visto que a agenda da ação política do desenvolvimento incorpora as categorias e impõem políticas. Dentre elas os modelos ideais e excludentes, que são perpetuados tanto em relação global, como dentro de um mesmo território.

O Norte de Minas, de acordo com a regionalização realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 1990), está inserido no semiárido mineiro, possui oitenta e nove municípios e é caracterizado por sua diversidade de áreas, densidades populacionais, cenários naturais, formação social e histórica, e pluralidade de culturas e povos. Todavia, sustentadas no discurso de que se trata de um lugar de miséria, a região é alvo de políticas desenvolvimentistas, vindas de diferentes níveis da esfera governamental, para tentar nivelar o desenvolvimento econômico da região aos padrões alcançados por outras mesorregiões do Estado ou do Brasil. O desenvolvimento de planos diretores e a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, são resultados do discurso de integração da região à economia nacional, facilitando a entrada de capitais nacionais e internacionais para agenciarem o crescimento econômico almejado. Foi em 1965 que a modernização do campo criou bases no norte de Minas Gerais, através da sua inserção na área de atuação da SUDENE, idealizada por Celso Furtado e instituída nos anos de 1959, no governo de Juscelino Kubitschek. O órgão visava colocar em prática ações que atraíssem investimentos do setor privado para as regiões atingidas pela seca. Como evidenciado por Rômulo Barbosa (2014, p. 44), iniciou-se o processo de modernização, principalmente através de linhas de financiamento<sup>4</sup>, podendo verificar cinco principais pilares deste processo: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva, monocultura de algodão e incentivos à industrialização de algumas cidades.

É importante ressaltar que cada município do Norte Mineiro foi atingido por estes eixos de des-envolvimento de maneira e intensidades diferentes, mas tais processos desencadearam também diversas mobilizações para reivindicar territórios, modos de vida, fortalecimento de redes, dentre outros. Na povoação da Serra Geral, as políticas de des-envolvimento concentraram-se na monocultura algodoeira e como apontam Rômulo Barbosa e Antônio Feitosa (2006), muitos dos agricultores familiares passaram a acessar créditos rurais e vender suas produções para agroindústrias, transformando suas propriedades em minifúndios monocultores. Relação que causou grande dependência a essa nova lógica, trazendo inúmeras consequências, principalmente porque depois do *boom* do algodão houve uma grande crise do produto. Dedicamos a próxima seção para analisar os tempos da monocultura do algodão que atingiu a Comunidade do Touro, em Serranópolis de Minas,

---

<sup>4</sup> Dentre as linhas de financiamento podemos citar: FINOR (Fundo de Investimento no Nordeste) e Fiset (Fundo de Investimentos Setoriais).

buscando entender qual o impacto local desta política que se nutriu de um discurso de “desenvolvimento”.

## 2. RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.1. A monocultura de algodão

O interesse e opção metodológica pela pesquisa empírica na Comunidade do Touro, iniciou-se em 2016 com a nossa participação no curso “Semente e Mudanças Crioulas – capacitação de multiplicadores”, que ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha – STRP e foi organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG. Na ocasião, ocorreu uma visita a esta Comunidade, onde conheceríamos um Banco de Sementes Crioulas e o trabalho agroecológico do lugar. A região do Sopé da Serra Geral é um lugar de caatinga, altas temperaturas e meses de secas. O lugar passou pelo *boom* da monocultura de algodão e ali naquele encontro pudemos ver uma realidade instigante, com maneiras de resistir e ficar. Este dia foi o começo desta pesquisa, que perdurou até o primeiro semestre de 2019.

Sobre a formação do lugar, os sujeitos narram que antigamente havia criações de gados à solta e que apareceu um boi muito *brabo* que ninguém conseguia *pegar* ou *amansar*, daí passou a ser referida como a Comunidade do Touro. Hoje são cerca de 50 famílias que vivem nas terras que antes eram de um grande fazendeiro escravocrata, o “Tonim do Canto”. Os mais antigos contam que ele dominava a região e foi dono de escravos que são descendentes de algumas famílias que vivem hoje no lugar, como relata uma moradora<sup>5</sup> de 74 anos, que nasceu e sempre viveu no Touro: sua tataravó veio da África, comprada por este fazendeiro e o seu bisavô, nascido no lugar, também foi escravizado nesta fazenda. Com o tempo, na região, chegaram as primeiras famílias de camponeses que conseguiram comprar pequenos pedaços de terras antes pertencentes ao fazendeiro escravocrata. Pelos relatos que tivemos, constatamos que a Comunidade se formou no final do século XIX e início do século XX. Chegamos a tal conclusão pela idade dos primeiros habitantes e por ser o período de transição do trabalho escravo. As famílias viviam das variedades que plantavam em suas roças e da criação de pequenos animais. *Cavalo era coisa de rico e fazendeiro*, por isso percorriam toda a região caminhando ou de carro de boi, o que fazia a viagem durar muitas horas ou até dias. Mas era assim

<sup>5</sup> Entrevistado 1, moradora da Comunidade do Touro, 74 anos, abril de 2018.

que iam em festas religiosas e na cidade, lugar de *resolver as coisas*, comprar mantimentos e ir na feira, onde começaram a comercializar algumas coisas, “*eu mesmo já fui muitas vezes a pé e levando um menino nos braços ainda, chegava aqui pra morrer (risos)*”<sup>6</sup>.

As relações na Comunidade foram estabelecidas no compadrio, nos mutirões, nas trocas e coletivos do sagrado. Tais processos foram significativos para a constituição dos costumes e identidades do lugar, que hoje tem uma grande relação de parentesco a partir dos casamentos que foram ocorrendo. Com o tempo e por conta de heranças, as grandes fazendas diminuíram, mas permanecem no entorno e a ligação com elas é histórica, pois muitos trabalhavam para os fazendeiros, o que ainda ocorre, mas antigamente a relação era mais conflituosa.

Como dito, a região onde a Comunidade está situada, nas áreas de caatinga na Serra Geral, tem sua reprodução da vida baseada na agricultura das variedades mais resistentes às secas. Por essa razão, o algodão foi cultivado nas plantações do lugar, em um tempo onde era uma atividade realizada principalmente por camponeses. “Mesmo com a retração do consumo, no final do século XIX até meados do século XX, a atividade algodoeira permaneceu circunscrita aos municípios” (DAYRELL, 1998, p. 88), mas associada aos sistemas produtivos diversificados dos agricultores. Nos relataram que a cultura do algodão era bem antiga e o cultivo acontecia consorciado com outras plantações, objetivando o sustento das famílias e a produção de roupas: “*antes do financiamento o pessoal fazia as roupas, linha. Tem uma tia minha que tem um Fuz<sup>7</sup> que a vó dela fiava, acho que tem mais de cem anos [...] E quase toda pessoa aqui também tinha a Roda<sup>8</sup> e algumas pessoas tinha o Tiar<sup>9</sup>.*”<sup>10</sup>

Porém, como vimos, para esta região o eixo de desenvolvimento estimulado com as ações da SUDENE, foi o da monocultura algodoeira, introduzindo uma diferente perspectiva, que como apontado por Carlos Alberto Dayrell (1998), trouxe tração motorizada, substituindo os sistemas diversificados de produção de alimentos e fibras. Enquanto política de des-envolvimento, fez vigorar um novo tempo do algodão, onde os programas e créditos rurais eram incentivados a partir da “incorporação parcial de pacote tecnológico desenvolvido a partir das premissas da revolução verde, estimulando a modernização de um setor da agricultura familiar” (DAYRELL, 1998, p. 3). O *boom*

<sup>6</sup> Entrevistado 1, moradora da Comunidade do Touro, 74 anos, abril de 2018.

<sup>7</sup> Fuz: é o nome local dado ao fuso, instrumento cilíndrico de madeira utilizado manualmente para fiar o algodão, ou seja, transforma a fibra em fio, linha.

<sup>8</sup> Roda: assim como o Fuz, serve para transformar a fibra de algodão em fio, porém, é um instrumento mais elaborado, podendo ser de pedal ou manivela.

<sup>9</sup> Tiar: é o nome local dado ao Tear, instrumento manual de fabricação do tecido a partir do fio de algodão.

<sup>10</sup> Entrevistado 2, morador da Comunidade do Touro, 54 anos, abril de 2018.

do algodão foi especialmente entre as décadas de 1960 a 1980. Naquele momento, a cotonicultura era tida como muito importante para o Norte de Minas, refletindo no processo de grande geração de emprego e boas condições financeiras, além de ser um possível estímulo para a permanência das pessoas nos seus lugares de origem, ou seja, acarretando na diminuição das migrações do campo para a cidade. Em meio a esse turbilhão de expectativas, buscamos entender, junto aos agricultores do Touro, o que representou a monocultura, as mudanças e todos seus aspectos complexos, como descrito no relato a seguir:

*Eu sou da época do auge do algodão. Era uma época que diz que era rica, mas se for imaginar mesmo, rica de gente pobre. Às vezes você tem um ou outro, trabalhava um tanto de gente, mas esse dinheiro canalizava pra um pequeno grupo, sabe? Não sobrava aquela coisa não. Já começava vendendo o algodão às vezes antes de plantar e no final sobrava o mínimo, mas tinha um movimento. Ficar dependendo, o povo que sai hoje pra trabalhar lá no café, você tinha os daqui que, igual lá em casa mesmo, pai tinha quinze, dezoito pessoas trabalhando mais ele direto. Gerava emprego, mas no fundo no fundo não sobrava essas coisas também não. (Depoimento do Entrevistado 3, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, outubro de 2017).*

Hoje, sua reflexão é que na verdade o período da monocultura foi uma época “*rica de gente pobre*”. A partir do momento em que financiaram suas plantações a diversidade de espécies cultivadas se transformaram em um extenso campo de algodão. Nas grandes fazendas do lugar também haviam o monocultivo, porém, é no acesso dos pequenos agricultores aos créditos que a crise os atingiu fortemente. Os financiamentos possibilitavam investimentos, mas dentro da lógica de modernização, e os empregos temporários realmente surgiram, todavia, no início da década 1990, chega o fim do ciclo do algodão nessa região (BARBOSA; FEITOSA, 2006), escancarando diversos conflitos.

Na busca de compreender a razão para a crise, muitas causas são apontadas como provocadoras. Uma das razões mais citadas, entre estudos e moradores, está o aparecimento da praga *bicudo do algodoeiro* que foi constatado pela primeira vez no Norte de Minas em fevereiro de 1993, nos municípios de Matias Cardoso e Espinosa, disseminando-se por outros e inviabilizando economicamente a cultura (ANTUNES FILHO, 2000, p. 58). Segundo relatos, o *bicudo* é uma praga difícil de controlar e isso, sem dúvidas influenciou para o declínio da produção e trouxe para o campo a presença de agrotóxicos, que contaminaram trabalhadores, sendo uma orientação feita por técnicos para o controle da praga. O uso tornou-se algo normalizado e era sempre incentivado pelos fiscais que iam visitar as lavouras: “*o fiscal a gente via que vinha nas roças que faziam os empréstimos no*

*banco toda semana pra ver, se tivesse um pé de maxixe eles arrancavam”*<sup>11</sup>. Essa prática hoje é entendida como prejudicial às terras da Comunidade, afetando inclusive as águas do rio.

*O bicudo talvez já veio pra salvar, porque se tivesse algodão aí até hoje, talvez o índice de envenenamento aqui era bem mais. Eu tinha o prazer de dando no final, sobrava aquele tanto de veneno, colocava dois, três tipos na máquina e saía batendo em tudo. Era cultura mesmo, era moderno, pro algodão melhorar a folha, pra matar os bichinhos pra não ficar perturbando e com isso, no fundo no fundo, hoje você sabe que você estava era envenenando os bichos, a gente, as terras e um monte de outras coisas. Era a moda da época. (Depoimento do Entrevistado 3, morador da Comunidade do Touro, 49 anos, outubro de 2017).*

Outro grande conflito foi a divergência entre os interesses de empresários e grandes fazendeiros, com os interesses e a realidade dos pequenos agricultores. A figura mais citada é a dos *atravessadores*, sujeitos que compravam o algodão dos agricultores para comercializá-lo e que possuíam agroindústrias de beneficiamento estabelecidas em Porteirinha. Com o tempo, alguns agricultores passaram a vender *na folha*, isto quer dizer que, antes mesmo da colheita negociavam a produção por adiantamento, fazendo com que a comercialização fosse mais barata e com isso acabaram adquirindo dívidas. Hoje, constatam que os únicos que realmente lucraram com a monocultura, foram os *atravessadores*.

Do tempo do algodão para o autoabastecimento, passaram a conviver com uma monocultura para fins comerciais. Houve uma permanência, fruto da esperança de melhores condições de vida, mas com a crise algodoeira, viveram e vivem no tempo do depois, onde novas estratégias foram necessárias, de modo que, para ficar, muitos precisaram sair do lugar, vivendo processos de migrações internas para o trabalho. Nos dedicamos a partir de agora a narrar um pouco desta realidade que a Comunidade do Touro vive, pós-monocultura.

## 2.2. Sair para resistir

Enquanto buscávamos compreender os impactos da monocultura, foi notória a associação que os moradores fizeram com as migrações, processo que aparece como resultado da crise. Indagamos um agricultor sobre o que aconteceu após o declínio do algodão e nos foi respondido que: *“aí que começou a tal da migração. O pessoal foi saindo daqui do algodão, aí já tinha aquela turma lá da braquiária e da braquiária tinha a turma que levava pro corte de cana”*<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Entrevistado 2, morador da Comunidade do Touro, 54 anos, outubro de 2017.

<sup>12</sup> Entrevistado 3, morador da Comunidade do Touro, 49 anos, outubro de 2017.

Aqueles que se inseriram na lógica da monocultura, acessando os créditos oficiais ou trabalhando nas zonas em que havia o monocultivo, precisaram parar de produzir suas roças de gêneros alimentícios, introduzindo práticas que afetaram a diversidade e provocaram o desgaste dos solos e águas. Com o declínio, por volta de 1990, restaram poucas alternativas, muitos estavam endividados e era desafiador voltar a plantar nas terras adaptadas aos pacotes agroindustriais, além das dificuldades hídricas. Esta realidade foi vivenciada em todos os lugares atingidos por este modelo de desenvolvimento. Como exposto por Barbosa e Feitosa (2006, p. 181), “se, por um lado, provocou a ‘modernização do campo’, por outro, implicou o empobrecimento dos agricultores familiares, a degradação dos recursos naturais e a manutenção da concentração fundiária”.

*O pessoal usava máquina pesada pra gradear as terras, tinha que passar veneno toda semana, porque vinha o pacote completo, então com isso foi uma perda muito grande que as pessoas tiveram. Aí ele tinha com o algodão, além de pagar o empréstimo, tinha que comprar todas as outras coisas. E muitas dessas pessoas perderam as suas terras por causa disso, não conseguia pagar o banco e os documentos ficava tudo no banco. (Depoimento do entrevistado 2, morador da Comunidade do Touro, 54 anos, outubro de 2017).*

A monocultura provocou as saídas em busca de trabalho e, por isso, descrevemos de maneira sintética os tipos de migrações que encontramos no lugar. Estas foram expostas pelos sujeitos migrantes, familiares e vizinhos, ou seja, os moradores do lugar que vivem os dois lados do processo: o sair e o ficar. Identificamos dois tipos de migração na Comunidade, que segundo as classificações de José de Souza Martins (1988), são cíclicas e não-cíclicas. As cíclicas são aquelas propriamente ditas temporárias, com ritmo marcado e tempo certo de saída e retorno. São dominadas pelos tempos das estações do ano, plantios e colheitas, combinando ciclos agrícolas distintos e evoluindo do camponês ao boia-fria. Já as migrações não-cíclicas, podem destinar também às áreas urbanas, envolvendo trabalhos em indústrias, comércios, construção civil, grandes obras públicas e privadas. Este tipo é dominado pelo capital, tem o tempo subjugado e irregular, tendendo a se tornar “permanente”. Visto isto, “as condições e os efeitos sociais de cada uma dessas modalidades são diferentes entre si e envolvem concepções diferentes do que é ‘temporário’ e do que é migração temporária” (MARTINS, 1988, p. 49).

Caminhando pela Comunidade, víamos os velhos, as crianças brincando ou esperando o ônibus escolar e poucos homens trabalhando em suas roças. Estávamos vendo, assim, a nova dinâmica do lugar, um processo de envelhecimento e saída daqueles que estão em idade produtiva. A partir do declínio da monocultura, foi viabilizado o estímulo às primeiras gerações de migrantes, que hoje estão

com cerca de 40 anos ou mais de idade. Atualmente, as novas migrações parecem trazer também novas ambições e expectativas de vida, o que faz dos jovens mais propícios às mudanças do lugar.

Através dos relatos tivemos a compreensão de que se tornou uma prática, principalmente dos mais novos, a ida para as cidades mais próximas e do Norte de Minas. Houve um contingente de pessoas que foram para os municípios da Jaíba e Riacho dos Machados devido a grandes projetos ali localizados<sup>13</sup>. Além destes trabalhos, citaram ocupações em comércios como atendentes, entregadores e faxineiros, trabalhos em empresas e contratos pela prefeitura, trabalho doméstico e de servente de pedreiro. A opção por essas localidades é justificada, muitas vezes, em função da vontade de seguir novos caminhos, já que estes não querem dar prosseguimento ao trabalho rural, mas estando mais próximos, o contato com a família é mais fácil, pois podem sempre retornar naqueles tempos das festas, dos momentos de estar junto.

Percebemos que muitas migrações iniciaram não com o objetivo de permanecer no novo lugar e sim enquanto migrações temporárias, para os municípios do Sul de Minas e do Estado de São Paulo. Após algum tempo, a oportunidade de ficar aparece, em função de uma proposta de trabalho mais estável ou constituição de família. Nos relatos, os homens solteiros são descritos como aqueles que migram com mais tendência a ficar no lugar de destino, onde muitos casaram e não retornaram para a Comunidade. Como exemplo disso, ouvimos o relato da história de dois irmãos, que eram companheiros nos trabalhos temporários, viviam *para lá e para cá*, mas um deles “*casou lá, ficou e vai para onze anos que não veio aqui, acomodou demais*”. O seu irmão foi empregado na fazenda que trabalhavam juntos com Hortifrúti, ficou morando na casa que o patrão cedia, mas com o tempo construiu a sua própria casa: “*quando eu passei lá estava começando a lotear, é na beira de uma pista no trevo que tem lá, é área urbana, aí estava fazendo uma colonizaçãozinha*”. Recorda das poucas visitas que foram possíveis, das crianças que hoje já são adultos: “*o menino dele mesmo era pequenininho e hoje já teve no exército e saiu (risos). É um rapagão já*”<sup>14</sup>. Da mesma maneira, outros sujeitos no ir e vir foram ficando, relatos de saudades de filhos, pais, irmãos, primos e mais. Alguns destes sujeitos que estabeleceram morada nos destinos, que anteriormente iam apenas para os trabalhos temporários, tornaram-se referências para os novos migrantes, intermediando os empregos para aqueles que ficaram no Touro.

---

<sup>13</sup> Em Jaíba temos o projeto de agricultura e fruticultura irrigada. Em Riacho dos Machados, mineração.

<sup>14</sup> Depoimento do Entrevistado 4, morador da Comunidade do Touro, 54 anos, janeiro de 2019.

*Primeiro foi um pessoal que morou aqui muitos anos que levou nós pra colher semente de braquiária [...] e eles estão lá até hoje.* (Depoimento do Entrevistado 6, morador da Comunidade do Touro, 57 anos, janeiro de 2019).

*Lá já tem um amigo nosso, primo do amigo meu ali, que mora lá. Aí liga pra ele, ele arruma a casa e já conversa com o homem do serviço.* (Depoimento do Entrevistado 7, morador da Comunidade do Touro, 21 anos, janeiro de 2019).

Trouxemos aqui alguns apontamentos sobre esse processo que é complexo e multifacetado. São fragmentos de histórias lembradas por aqueles que convivem com a saudade dos que precisaram *sair no mundo*, saídas temporárias em todos os anos ou aquelas que fizeram ficar nos destinos. Migrar é um processo social que modifica os que vão e aqueles que ficam, interferindo totalmente na dinâmica da Comunidade.

### 2.3. Ficar para resistir

Por gerações, homens e mulheres saem do Touro como forma de sustento. As primeiras gerações veem agora seus filhos também saindo e no interior das famílias de migrantes existem também histórias daqueles que ficam, dentre elas, descrevemos a trajetória de vida de dois irmãos, que ficaram no lugar enquanto seus outros irmãos migraram. O mais velho, preserva o que aprendeu com o pai e o avô aos sete anos de idade, trabalhando em suas plantações em consórcio, que significa plantar em conjunto uma gama de variedades de espécies. Com paciência e orgulho da sua resistência, ele nos contou e mostrou com detalhes a sua roça, que era apontada como *roça de doido*, mas que representa a preservação da tradição camponesa, da negação ao veneno e ao financiamento. É um homem do campo ativo nos movimentos sociais, que recebe constantemente visitas de pessoas de vários lugares, que vão conhecer seu trabalho e o seu banco de sementes crioulas, que conta com mais de 200 espécies, preservando as diversidades locais mais resistentes a secas. As sementes crioulas guardam histórias, pois são resultado do trabalho de gerações de agricultores que as selecionaram, multiplicaram e compartilharam. Todo ano ele seleciona e melhora as sementes que ficam guardadas no cômodo que construiu ao lado da casa. Antigamente, as sementes eram compartilhadas ou trocadas, mas hoje além das trocas, há a venda em encontros e feiras agroecológicas. Sua produção de frutas, como tamarindo e maracujá, é destinada para a Cooperativa Grande Sertão<sup>15</sup>. Ele também comercializa licores que a família faz a partir de frutas, raízes, folhas e sementes.

---

<sup>15</sup> A Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda, tem sede em Montes Claros-MG.

O fato do seu pai não ter financiado a roça no período da monocultura algodoeira foi um fator de extrema importância para a preservação desta tradição. Juntamente com isso, para que hoje a família ainda consiga manter sua resistência, contam com o papel importante dos movimentos sociais, onde encontram amparo. Outros sujeitos que nunca migraram, demonstram também a relação entre: apoio dos movimentos sociais e permanência. Ele conta com uma rede de parceiros, dentre eles a Cooperativa Grande Sertão, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA, STR de Porteirinha<sup>16</sup>, Redes de Agrobiodiversidade, Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA, que ele define como:

*Formas de organização nossa, de pequenos agricultores, mas que muitos não entendem isso [...] a gente percebe que os movimentos fazem esse trabalho, de mostrar para as pessoas, que você é capaz de sobreviver, mesmo com as mudanças climáticas, com pouca chuva. Você é capaz de permanecer no lugar, sabendo aproveitar aquilo que tem. (Entrevistado 2, morador da Comunidade do Touro, 54 anos, outubro de 2017).*

Por outro lado, sua irmã permanece na Comunidade através da fabricação familiar de requeijão em barra, um produto que, assim como o queijo, vem se destacando nos municípios Norte Mineiros da Serra Geral. No dia que conhecemos sua família, estavam nas etapas de trabalho, pois é o principal meio de sustento e a rotina é estabelecida segundo sua produção e outras atividades secundárias de plantações, criação de pequenos animais etc. O esposo fica por conta de cuidar do gado, colocar ração e soro, tirar o leite e é ele quem executa as etapas para a fabricação do requeijão que precisam de maior esforço físico, “*amassar ou bater nata*”. A comercialização é feita na própria casa quando há procura e durante a *feira* que acontece aos sábados no mercado municipal de Porteirinha-MG. No dia da feira acordam por volta de três horas da manhã para deixar tudo arrumado e chegar bem cedo no município, e ficam até vender tudo. O preparo acontece da forma mais antiga e tradicional da região, contando com todos os membros da família.

O produto entrou em suas vidas há cerca de 14 anos, a partir da ligação da família com os movimentos sociais, pois antigamente não possuíam gado e vendiam suas forças de trabalho aos fazendeiros das proximidades. Mas foi o requeijão que trouxe à família a autonomia e o sustento e hoje valorizam a permanência no lugar, vivendo como agricultores familiares e não como *empregados de alguém*. Salientam que, do contrário, não saberiam dizer como estariam, já que cada dia mais o trabalho manual está sendo substituído pelas tecnologias. “*Eu aprendi a roçar manga de*

---

<sup>16</sup> Ele é sócio do STR de Porteirinha, assim como ele, outros moradores compartilharam conosco um descontentamento com o STR de Serranópolis de Minas, considerado “*fraco*”.

*foice, cortar de machado, cavar de escavadeira, aí hoje você tem um trator que abre um buraco em dois segundos e eu vou gastar no mínimo vinte minutos. O cara não vai chamar eu, vai chamar o trator*<sup>17</sup>. Além de tudo, por mais *trabalhoso* que seja o requeijão, hoje eles se identificam com o trabalho e sentem prazer em fazê-lo: “*eu gosto e a gente tem que fazer o que gosta. E é igual eu falei, eu continuo achando que é uma saída*”.

Diante o exposto, compreendemos que os agricultores da Comunidade do Touro precisaram aprender a conviver em paralelo a um modelo de des-envolvimento, onde contrastaram um jogo de identidades, entre os *ficantes* e os *errantes*. O *ficante* é o que fica, aquele que constrói uma identidade sobre o que há, permanecendo no lugar e recebendo os que retornam. Já o *errante* é o que sai e “vai para” ou que “chega de”, é quem diante do outro precisa auto-identificar-se (PAULA, 2009, p. 254). São eles, elos de uma re-existência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando compreender as faces do desenvolvimento e sua materialização na Comunidade do Touro, analisamos as afetações provocadas pela monocultura algodoeira e encontramos a disputa de categorias e modos de vida. A monocultura se desvelou como uma política deflagradora de conflitos, afetando a soberania alimentar e as formas tradicionais de reprodução da vida. A partir da incorporação dos pacotes tecnológicos, os agricultores do Touro foram inseridos numa lógica de dependência à indústria e ao capital. Assim, com a crise da produção do algodão diversas consequências foram expostas, dentre elas o endividamento dos agricultores, degradação dos recursos naturais, manutenção da concentração fundiária, estímulo aos processos migratórios.

Compreendemos que o campo brasileiro, a partir das premissas da modernização conservadora e das ações pró-desenvolvimento, foi exposto a contradições e tentativas de descaracterização de modos de vida das populações nativas. Os homens e mulheres do campo e do Norte de Minas, conviveram com estigmas e representações, que contribuíram para a invenção desses lugares enquanto ambientes “vazios”. Discursos que foram utilizados para atender a interesses

---

<sup>17</sup> Entrevistado 3, morador da Comunidade do Touro, 49 anos, outubro de 2017.

particulares, resultando em políticas públicas excludentes. Desenvolvimento passou a ser associado a ideologias, modernização, crescimento econômico e o mais agravante, tornou-se um caminho único, uma “solução” para todos os aspectos de atraso existentes e “inventados”. Em função disso, as políticas desenvolvimentistas, foram políticas de *des-envolvimento*, ou seja, representando o não envolvimento e o ataque a autonomia dos povos e comunidades tradicionais. As críticas a este modelo são de suma importância para questionar ideias que, por muito tempo, pareceram intrínsecas ao processo, como o progresso, a linearidade da história e a separação homem e natureza. É necessário propor novas soluções, através da ação coletiva e pela diversidade. Percebemos a carência de políticas que proporcionem a possibilidade do ficar para quem desejar.

O estudo no Touro demonstrou ser uma opção importante, já que esta Comunidade, localizada no sopé da Serra Geral, em uma região semiárida e de predominância da caatinga, conviveu com a monocultura de algodão enquanto eixo de desenvolvimento. As memórias dos sujeitos nos revelaram um tempo de reestruturação e resistências, entre aqueles que precisaram partir e aqueles que puderam ficar. Quando partem, encontram na migração uma dinâmica do próprio lugar, aparecendo enquanto condição, que ao longo dos anos tornou-se aspecto intrínseco aos modos de vida locais. Quando puderam ficar se apoiaram aos movimentos sociais que influenciaram outras estratégias de resistência, uma resistência agroecológica, que através das redes tecidas, colaboram para uma desmistificação da região semiárida. Ficando no Touro ou saindo, os moradores buscam existir e re-existir. Ficar e sair representam a continuação e permanência dos povos e comunidades tradicionais em seus territórios.

Neste espaço, traçamos as considerações finais do artigo, mas conferimos que a intenção não é encerrar este tema complexo. Almejamos contribuir, demonstrando a urgência de repensar o modelo de des-envolvimento e as políticas públicas que promovem tal visão “salvadora”, para que os movimentos sociais, representando a diversidade do campo, possam ganhar maior apoio e visibilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES FILHO, Djalma. **Fatores explicativos do declínio da cotonicultura em Porteirinha-MG nos anos 90**. 2000. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, 2000.

BARBOSA, Rômulo Soares; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida; TECCHIO; Andréia. Território da Serra Geral (MG). *In*: LEITE, Sérgio Pereira. (org.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. v.2. Brasília: IICA, 2013.

BARBOSA, Rômulo Soares; FEITOSA, Antônio Maurílio. A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais. *In*: FEITOSA, A. M. A. *et al* (org.). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

BARBOSA, Rômulo Soares. Mineração no Norte de Minas Gerais: Tensões e Conflitos Pelo Acesso e Uso da Água. **Revista Desenvolvimento Social**, n. 11, v. 1, p. 43-50, 2014.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. 1998. 192f. Dissertação (Maestria em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible) – Huelva: Universidade Internacional de Andalúcia, Sede Ibero Americana - La Rábida, 1998.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. *In*: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Trad. Vera Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1991, 2000, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. *In*: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **TRAVESSIAS - Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais**. Tese (doutorado) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2009.

PIRES, Maria Cecília Cordeiro. **“A PRECISÃO FAZ IR LONGE”**: Migração e Desenvolvimento em Comunidade Rural do Sertão Norte Mineiro. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2019.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SACHS, Wolfgang. Introdução. *In*: SACHS, Wolfgang (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento: guia do conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZHOURI, Andréa; LACHESFKI, Klemens (org.) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

## AUTORAS

---

### “ÉPOCA RICA DE GENTE POBRE”

PIRES, M. C. C.; DE PAULA, A. M. N. R.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ

v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp. 222-240

**Maria Cecília Cordeiro Pires**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em Desenvolvimento Social (2019) e Bacharel em Ciências Sociais (2016) pela mesma Universidade. Atualmente é pesquisadora no OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco (CNPq/Unimontes) e Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental - NIISA (CNPq/Unimontes). Tendo como principais áreas de atuação, Antropologia e Sociologia, trabalhando nas temáticas que envolvem Processo Migratório, Cultura, Memória, Modos de Vida, Território, Desenvolvimento Social, Povos e Comunidades Tradicionais.

**E-mail:** mariacecilia1942@hotmail.com

**Orcid:** 0000-0001-8757-6448

**Andréa Maria Narciso Rocha de Paula**

Professora doutora em Geografia Humana. Professora efetiva, lotada no Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Docente do quadro permanente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS/Unimontes). Professora permanente no Programa de Pós-Graduação associado UFMG/Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território. Líder do OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco (CNPq/Unimontes). Pesquisadora do NIISA: Núcleo Interdisciplinar em Investigação Socioambiental. Pesquisadora da Nova Cartografia Social da Amazônia. Doutora (2009) e Mestre (2003) em Geografia pelo PPGEIO-IG-UFU. Bacharel em Ciências Sociais, pela Unimontes.

**E-mail:** andreapirapora@yahoo.com.br

**Orcid:** 0000-0003-2586-4043